

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

LAUDO TÉCNICO nº 36/2012

1 – CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES:

Em atendimento ao requerimento da Promotoria de Justiça da Comarca de Caeté, no dia 08 de agosto de 2012 foi realizada vistoria no Centro Histórico de Caeté pela analista do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a arquiteta Andréa Lanna Mendes Novais.

Na oportunidade, também foi realizada vistoria Capela de São Francisco de Assis, no Centro Histórico de Caeté, para verificar o estado de conservação que se encontra o imóvel, também para maiores esclarecimentos sobre a necessidade de possíveis intervenções em razão do seu péssimo estado de conservação.

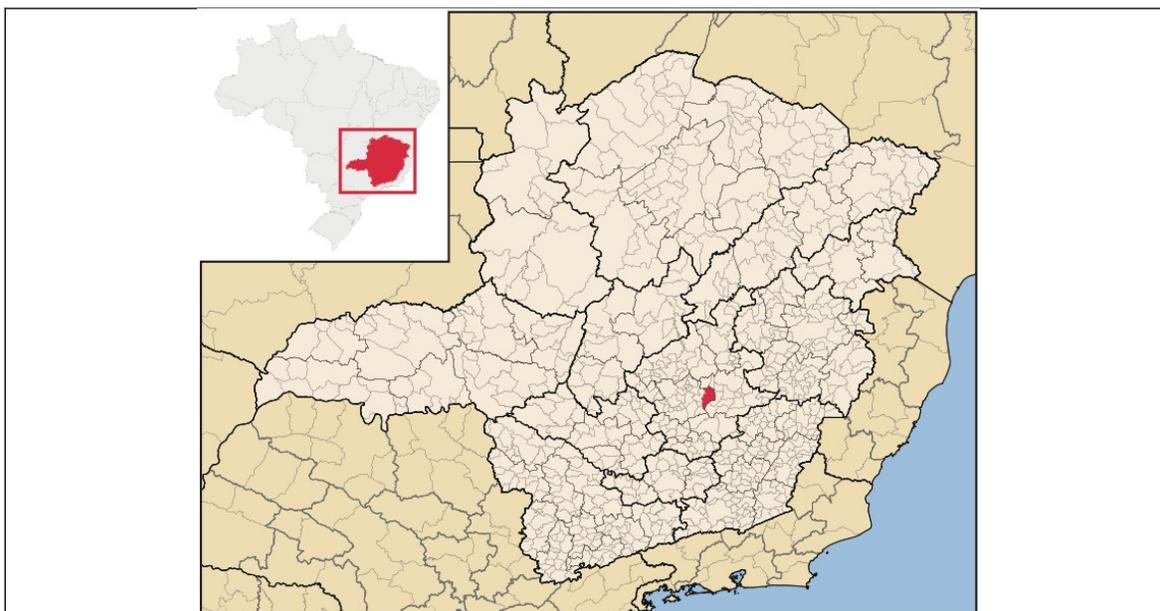


Figura 01 – Imagem contendo a localização do município de Caeté (indicado por elemento na cor vermelho). Fonte: *Wikipédia*. Acesso em: julho de 2012.

2 – METODOLOGIA

Para a elaboração deste relatório foram utilizados os seguintes procedimentos técnicos: Inspeção na Capela de São Francisco de Assis com registro fotográfico.

A vistoria foi acompanhada pela Dra Andréa Bahury, Promotora da Comarca de Caeté; senhores Exedito e José Carlos Dias, representantes do Conselho Administrativo e Comissão de bens da Paróquia; senhor Márcio Vieira Silva, representante da Arquidiocese.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

3 – HISTÓRICO:

3.1 – Breve Histórico de Caeté

Caeté, em tupi-guarani, significa "Mata Densa" ou "Mata Virgem". A história deste município teve início no ciclo do ouro, quando os bandeirantes peregrinavam pelas Minas Gerais do século XVII, em busca de ouro, prata e pedras preciosas. Em Caeté, a primeira das "entradas" é atribuída a Lourenço Castanho Taques, por volta de 1662.

Em 1701, o sargento-mor Leonardo Nardez Sisão descobria as primeiras minas de ouro em regiões densas de mata virgem, originando o nome da cidade.

No contexto histórico, um dos fatos mais marcantes do município é a Guerra dos Emboabas. Por volta de 1708, Caeté se tornou o berço do conflito, que teria lançado as bases para formação histórica de Minas Gerais. As origens do movimento, de caráter basicamente econômico, partiram de um incidente entre bandeirantes e moradores locais pelo direito de exploração das recém-descobertas jazidas de ouro. O conflito contrapôs, de um lado, o grupo formado pelos bandeirantes paulistas, que haviam descoberto a região das minas e que por esta razão reclamavam a exclusividade de explorá-las; e de outro lado um grupo heterogêneo composto de portugueses e imigrantes das demais partes do Brasil, sobretudo da Bahia, liderados por Manuel Nunes Viana – pejorativamente apelidados de “emboabas” pelos paulistas –, todos atraídos à região pela corrida do ouro.

No ano de 1709, a Coroa Portuguesa determinou a separação territorial da capitania de Minas Gerais, que até então era ligada a de São Paulo.

Em 26 de Janeiro de 1714, o governador Dom Braz Balthazar da Silveira decretou a elevação do povoado a categoria de vila, com a denominação de Vila Nova da Rainha, tornando-se o quinto município do estado.

Carta-régia do rei de Portugal a D. Lourenço de Almeida, em 16 de fevereiro de 1724, criou as primeiras paróquias de Minas Gerais, em número de 20, sendo que a Quarta foi a de Vila Nova da Rainha de Caeté. A decadência do ouro repercutiu fortemente em Caeté, que teve a categoria de vila suprimida em 1833 mas, em 23 de março de 1840, a lei mineira número 171, restaurou a Vila de Caeté que, no mesmo ano, desmembrou-se de Sabará. Em 25 de novembro de 1865, foi elevada à categoria de cidade com o nome de Caeté.

Características urbanas e arquitetônicas da ocupação setecentista ainda estão presentes em Caeté. Além de belos exemplares típicos da arquitetura colonial, pode-se conhecer, a pequena distância da cidade, a serra da Piedade (1.783m de altitude), com seu santuário de Nossa Senhora da Piedade, tradicional ponto de romaria. Ao lado do Santuário está o Observatório Astronômico da UFMG. Da serra, tem-se vista de várias cidades da região.

Caeté fica a 53 Km de Belo Horizonte e faz parte do Caminho de Sabarabuçu, integrante da Estrada Real. A cidade possui os seguintes distritos: Antônio dos Santos; Morro Vermelho; Penedia e Roças Novas.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 2 – Foto antiga – a primeiro plano Matriz de N. Sra. do Bom Sucesso e ao fundo a cidade de Caeté. Fonte: http://www.caete.mg.gov.br/gal_img_vis.aspx?cd=28, acesso em agosto/2012.

3.2– Breve histórico do bem cultural¹:

Segundo consta em documento do IPHAN – Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados, Caeté, Igreja São Francisco de Assis – de 1987, a Igreja foi construída entre os anos de 1811 e 1824.

Segundo consta no documento Pasta de Inventário (Doc. 4159), a arquiconfraria de São Francisco de Assis já existia em Caeté (Vila Nova da Rainha, na época) desde a segunda metade dos setecentos, porém somente em 1808 que foi autorizado aos irmãos “erguer uma capelinha...de madeira e adobes, que é a atual”. A obra parece ter sido iniciada três anos depois, em 1811, sendo seus primeiros construtores os carpinteiros Ignácio de Aguiar, Joaquim Mendes e Francisco Ribeirome.

Em 1816, cinco anos após, foi lavrado outro termo com Vicente José Moreira, Mestre Carpinteiro, para a continuação das obras. “Com esse mesmo oficial se contratou ainda...em fevereiro de 1820, a conclusão das obras” com limite de três anos de prazo para a entrega de tudo pronto. É citado mais adiante no documento que as obras tinham sido concluídas em outubro de 1824.

4 - ANÁLISE TÉCNICA

¹ Texto extraído da ficha de inventário do bem, pesquisada junto ao Inventário do Patrimônio Cultural da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

A Igreja de São Francisco está implantada em lote inclinado na Rua Mato Dentro, s/nº.

Possui tombamento municipal e seu dossiê foi encaminhado ao Iepha para fazer jus à pontuação do ICMS critério Patrimônio Cultural, tendo sido aprovado no mesmo ano.

Possui jardim em seu entorno, com calçada e rampa de acesso ao adro em pedra. Segue partido arquitetônico da segunda modalidade das construções religiosas em Minas Gerais, no período colonial.

O frontispício é composto por 3 planos, sendo o do meio mais a frente e os das laterais chanfrados. As aberturas, centralizadas nos planos, estão dispostas em porta com remate em arco pleno na parte inferior e janelas do coro com remate também em arco pleno, e balaustrada em madeira recortada, acima das portas. O plano central é marcado pelo remate diferenciado na porta, curvas e contracurvas, e pela presença de um pequeno óculo. Além disso, acima se destaca a torre, com pequena sineira com remate em arco pleno. O fechamento da torre sineira é em telhado de quatro águas com cruzeiro na ponta.

Sua volumetria singela revela facilmente a planta. Os volumes correspondem à distribuição das áreas – nave mais alta, capela-mor mais baixa, ambas cobertas com telhado de duas águas; sacristia e corredores laterais à capela-mor ainda mais baixos, com telhado de uma água.

A cobertura da nave e capela-mor em telhado de duas águas com estrutura em e caimento em duas águas. Tesoura também em madeira sustentando as tábuas do forro. Os volumes laterais e a sacristia também possuem telhado com estrutura em madeira, porém com caimento em uma água. As telhas cerâmicas estão dispostas em capa-e-bica. O beiral da sacristia apresenta cachorros com a ponta recortada.

A edificação encontra-se em péssimo estado de conservação. Devido às condições em que o bem se encontra, as celebrações foram suspensas e a capela encontra-se sem uso, o que acelera o processo de degradação do bem uma vez que não há limpeza periódica e não são realizadas ações de manutenção no imóvel.

A cobertura encontra-se comprometida, apresentando madeiramento e telhas danificadas, o que permite a entrada de água no interior da edificação, comprometendo os materiais de acabamento existentes na área interna da capela. O cruzeiro existente sobre a torre central ameaça cair. Há peças soltas no acabamento do beiral e o entreforro é utilizado como moradia de pombos e morcegos.

O forro encontra-se danificado pelas goteiras, apresentando peças soltas, manchadas e danificadas pela umidade.

As instalações elétricas são precárias, apresentando fiação exposta e componentes afixados diretamente na madeira, expondo o imóvel a riscos de incêndio. O quadro de distribuição de energia e a chave geral foram lacrados para evitar curtos circuitos.

Verificou-se que não há Projeto de Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico conforme legislação vigente.

Há material inflamável armazenado no interior do imóvel.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

Não há sensores de presença, alarme e sistema de vigilância instalados, colocando em risco a segurança de parte do acervo móvel que ainda permanece no interior da Capela.

Há infestação de insetos xilófagos nas madeiras da edificação.

As alvenarias possuem trincas, manchas de umidade, principalmente junto à base da edificação, descolamento do reboco e pintura desgastada.

Foi construída instalação sanitária na parte interna da edificação, sem levar em conta critérios de estética, deixando aparentes as caixas d'água e tubulação hidráulica na fachada posterior da Capela.

O terreno adjacente à edificação encontra-se sujo, com vegetação crescendo entre as pedras e jardins mal cuidados.

As esquadrias encontram-se danificadas, com ataque de fungos e insetos, trechos apodrecidos e vidros quebrados.

Segundo informações prestadas pelo representante da Arquidiocese, foi elaborado por profissionais da Secretaria de Cultura de Caeté em novembro de 2011 projeto de restauração da cobertura e de adequação elétrica.

A seguir, imagens da situação encontrada.



Figura 03 – Fachada lateral da edificação.



Figura 04 – Fachada frontal.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 04 – Cruzeiro que ameaça cair e telhas danificadas.



Figura 05 – Telhas faltantes e quebradas.



Figura 06 – Acabamento do beiral que ameaça cair.



Figura 07 – Manchas de umidade na base da edificação.



Figura 08 – Trinca e descolamento do reboco.



Figura 09 – Descolamento do reboco.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico


Figura 10 – Umidade e acabamento do beiral danificado permitindo o acesso de animais no entreforro.



Figura 11 – Mancha de água nas alvenarias internas da edificação.



Figura 12 – Quadro de energia lacrado e com gambiarra elétrica.



Figura 13 – Chave geral lacrada.



Figura 15 – Instalação elétrica diretamente na madeira.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 19 – Forro da nave.



Figura 20 – Forro danificado.



Figura 21 – Material inflamável estocado.



Figura 22 – Instalação sanitária com caixas d'água aparentes.



Figura 23 – Tubulação hidráulica externa na fachada dos fundos.

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico



Figura 24 – Esquadria danificada.



Figura 25 – Terreno adjacente à edificação sem manutenção.

5 – CONCLUSÕES

A Capela São Francisco de Assis, bem tombado pelo município, encontra-se em péssimo estado de conservação, sendo urgente sua restauração². Assim, faz-se necessária a elaboração e execução de um projeto de restauração da edificação por profissional habilitado conforme DN 83/2008 do Confea e Lei nº 12378/2010³, com acompanhamento, nas duas etapas, do órgão de proteção municipal competente.

Acredita-se que um conjunto de fatores contribuiu com a deterioração do imóvel, entre eles a fragilidade dos materiais construtivos que ficaram expostos às intempéries, a antiguidade da edificação, a falta de uso. Além disso, que houve omissão dos proprietários que deixaram de praticar ações de conservação⁴ preventiva e manutenção⁵ permanente no bem edificado. O poder público municipal, responsável pelo tombamento do imóvel em questão, deixou de zelar pelo patrimônio cultural, ao se omitir no dever de fiscalizar a integridade do bem tombado, de forma

² Restauração: conjunto de intervenções de caráter intensivo que, com base em metodologia e técnica específicas, visa recuperar a plenitude de expressão e a perenidade do bem cultural, respeitadas as marcas de sua passagem através do tempo. Instrução Normativa n.º 1/2003 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

³ Regulamenta o exercício da arquitetura e urbanismo.

⁴ Conservação : intervenção voltada para a manutenção das condições físicas de um bem , com intuito de conter a sua deterioração. Instrução Normativa n.º 1/2003 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

⁵ Manutenção : operação contínua de promoção das medidas necessárias ao funcionamento e permanência dos efeitos da conservação . Instrução Normativa n.º 1/2003 – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

que devem responder solidariamente pelo dano ao imóvel, ainda que de forma indireta, pela omissão⁶.

Nas intervenções devem ser respeitadas as recomendações da Carta de Atenas⁷, onde é sugerido que nas intervenções em bens de valor histórico e arquitetônico, devem ser utilizados materiais e técnicas modernas sem alterar o aspecto e o caráter do edifício, “marcando a época” em que as intervenções foram realizadas.

Como medidas emergenciais, sugere-se:

- Cobertura – recuperação imediata da cobertura, antes do início do período chuvoso (setembro) com substituição de telhas e madeiras que se encontrarem em mau estado de conservação.
- Limpeza interna e externa do imóvel com remoção dos materiais inflamáveis armazenados no interior da edificação.
- Deverá haver o desligamento da energia do imóvel para evitar curtos circuitos.
- Remoção do cruzeiro e das madeiras do beiral que ameaçam ruir. Estes materiais devem ser restaurados e devidamente acondicionados para serem reutilizados na edificação quando da sua restauração.
- Realização do inventário das peças que se encontram dentro da igreja (imagens, material litúrgico, móveis, etc) e seu devido acondicionamento em local seguro e adequado. Estes materiais devem retornar ao templo após a restauração.

Além disso, sugere-se:

- Cobertura - Deverá ser feita revisão geral em todo madeiramento e telhas, com substituição de algumas peças de sustentação do madeiramento da cobertura, deterioradas pela ação do tempo, umidade e cupins, utilizando madeiras adequadas para este fim e de grande resistência e durabilidade. Sugere-se a amarração de algumas fiadas de telhas, evitando que as mesmas “escorram”;

⁶ O Estatuto da Cidade não deixa dúvida: proteger, preservar e recuperar o patrimônio cultural não é uma mera faculdade ou opção dos administradores das cidades e executores das políticas urbanas municipais, mas sim um dever indeclinável, uma inafastável imposição de ordem pública e interesse social em prol do bem coletivo.

⁷ Documento elaborado durante o Congresso internacional de arquitetura moderna, realizado em Atenas, em Novembro de 1933. “Nunca foi constatado um retrocesso, nunca o homem voltou sobre seus passos. As obras-primas do passado nos mostram que cada geração teve sua maneira de pensar, suas concepções, sua estética, recorrendo, como trampolim para sua imaginação, à totalidade de recursos técnicos de sua época. Copiar servilmente o passado é condenar-se à mentira, é erigir o "falso" como princípio, pois as antigas condições de trabalho não poderiam ser reconstituídas e a aplicação da técnica moderna a um ideal ultrapassado sempre leva a um simulacro desprovido de qualquer vida. Misturando o "falso" ao "verdadeiro", longe de se alcançar uma impressão de conjunto e dar a sensação de pureza de estilo, chega-se somente a uma reconstituição fictícia, capaz apenas de desacreditar os testemunhos autênticos, que mais se tinha empenho em preservar.”

Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico

- Solução dos problemas de umidade existentes. Após a solução dos problemas apresentados, deve-se proceder ao selamento das fissuras, reintegração de reboco e pintura. Deverá haver recomposição do reboco, utilizando argamassa compatível com o sistema construtivo existente.
- Recuperação das esquadrias e ferragens.
- Imunização de todas as madeiras com ataque de insetos xilófagos.
- Os forros devem ser recuperados.
- Deverão ser desenvolvidos projetos elétrico, hidráulico e de prevenção e combate a incêndios. Toda tubulação hidráulica externa à edificação deverá ser retirada. As caixas d'água existentes no interior da edificação deverão ser embutidas.
- Instalação de sensores de presença, alarmes e câmeras de vigilância.
- Deverá ser previsto sistema de drenagem de águas pluviais eficiente na área externa, de forma a prevenir infiltrações na edificação.
- Deverá ser previsto projeto paisagístico para o local.
- É desejável a instalação de iluminação noturna que, além de valorizar o bem, garante maior segurança ao local.
- Após a restauração é necessário manter o uso do imóvel, de forma a se garantir sua manutenção periódica. A preservação é de suma importância para a perpetuação do bem e uma das formas de preservar é atribuir um uso ao imóvel, a fim de incorporá-lo ao cotidiano dos habitantes, fazendo com que o imóvel cultural cumpra sua função social. A esse respeito, a Carta de Atenas⁸ prevê:

A conferência recomenda que se mantenha uma utilização dos monumentos, que assegure a continuidade de sua vida, destinando-os sempre a finalidades que respeitem o seu caráter histórico ou artístico.
- Para toda e qualquer intervenção na Capela ou em seu entorno, é necessária prévia análise e anuência do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural e Natural de Caeté, uma vez que se trata de bem tombado pelo município.

6- ENCERRAMENTO

Sendo só para o momento, colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos.

Segue este laudo, em 11 (onze) folhas escritas em um só lado, todas rubricadas e a última datada e assinada.

Belo Horizonte, 16 de agosto de 2012.

Andréa Lanna Mendes Novais

Analista do Ministério Público – MAMP 3951 - Arquiteta Urbanista – CAU 53880-9

⁸A Carta de Atenas foi solenemente promulgada pela Sociedade das Nações. Atenas, Outubro de 1931.